TÍTULO DO TRABALHO	
A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS: O CASO DO MST	
AUTOR(ES)	**INSTITUIÇÃO**
Jéssica Adriele Tomaz Pereira Mariana Ribeiro Rocha	UFOP UFOP

RESUMO

A história brasileira é carregada por marcas de desigualdade, expressadas em todas as esferas, no qual se acentua ainda mais nas refrações da Questão Social. Onde o tardio desenvolvimento industrial no Brasil tem grande influência, partindo da manipulação e dominância da elite desde o início do século XIX quando o poder era/é representado pela posse de terras. Nessa dominação das terras os trabalhadores sempre foram discriminados e desvalorizados, pois, não tinham direito algum sobre a terra não tendo direito a terra, eles apenas construíam as riquezas de seus patrões, onde podemos perceber o reflexo disso na divisão social atual. Essa desigualdade tão acentuada deu origem às lutas e movimentos sociais, que foram surgindo. Estas condições desumanas e degradantes foram criando vozes para que se modificassem e para que esses sujeitos tivessem suas necessidades básicas garantidas. Porém a organização desses movimentos incomoda demasiadamente as forças dominantes e os latifundiários. Nessa luta por melhores condições de vida e por uma redistribuição das terras, a e reforma agrária, se originou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984, e desde então este é identificado como um movimento social que representa a luta por melhores condições de trabalho, através da posse de terras para subsistência. Porém, esse movimento é visto por uma grande parcela da população como apenas "invasores", pois em nosso país temos uma grande mídia que manipula e maqueia o que convém a si e seus financiadores (latifundiários do agronegócio e grandes empresários), anulando todo o contexto histórico e social do movimento. A partir dessa manipulação da massa, a maioria das ações do MST é vista como uma ameaça a ordem social, atos violentos, fazendo com que o Estado junto à elite se organize na repressão desses atos, como se fossem contra respostas a algo muito violento. Tratando as reivindicações por direitos e melhorias de condições de vida como atos criminosos na maioria das vezes com atitudes extremamente violentas e buscando encontrar maneiras de colocar as ações ou lideranças do movimento como sendo os causadores/agitadores do caos. Como o caso da Paraíba, que irá ressaltar exatamente essa ação criminalizadora das forças repressoras do Estado, e demonstra nitidamente a quem os ditos "braços do Estado" servem, o que não difere das ações sofridas pelo movimento por todo país, onde temos uma grande mídia que apenas retrata o lado da história que convém aos seus financiadores.

Palavras-chave: Criminalização, movimentos sociais, questão social, MST.

A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS: O CASO DO MST[1]

PEREIRA, Jéssica Adriele Tomaz[2]

ROCHA, Mariana Ribeiro[3]

Resumo:

A história brasileira é carregada por marcas de desigualdade, expressadas em todas as esferas, no qual se acentua ainda mais nas refrações da Questão Social. Onde o tardio desenvolvimento industrial no Brasil tem grande influência, partindo da manipulação e dominância da elite desde o início do século XIX quando o poder era/é representado pela posse de terras. Nessa dominação das terras os trabalhadores sempre foram discriminados e desvalorizados, pois, não tinham direito algum sobre a terra não tendo direito a terra, eles apenas construíam as riquezas de seus patrões, onde podemos perceber o reflexo disso na divisão social atual. Essa desigualdade tão acentuada deu origem às lutas e movimentos sociais, que foram surgindo. Estas condições desumanas e degradantes foram criando vozes para que se modificassem e para que esses sujeitos tivessem suas necessidades básicas garantidas. Porém a organização desses movimentos incomoda demasiadamente as forças dominantes e os latifundiários. Nessa luta por melhores condições de vida e por uma redistribuição das terras, a e reforma agrária, se originou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984, e desde então este é identificado como um movimento social que representa a luta por melhores condições de trabalho, através da posse de terras para subsistência. Porém, esse movimento é visto por uma grande parcela da população como apenas "invasores", pois em nosso país temos uma grande mídia que manipula e maqueia o que convém a si e seus financiadores (latifundiários do agronegócio e grandes empresários), anulando todo o contexto histórico e social do movimento. A partir dessa manipulação da massa, a maioria das ações do MST é vista como uma ameaça a ordem social, atos violentos, fazendo com que o Estado junto à elite se organize na repressão desses atos, como se fossem contra respostas a algo muito violento. Tratando as reivindicações por direitos e melhorias de condições de vida como atos criminosos na maioria das vezes com atitudes extremamente violentas e buscando encontrar maneiras de colocar as ações ou lideranças do movimento

[1] Artigo produzido como método de avaliação da disciplina eletiva: Criminalização da pobreza e controle social punitivo ministrada pela professora Ms. Sara Martins, do curso de Serviço Social na Universidade Federal de Ouro Preto.

[2] Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: jessicatomaz7@yahoo.com.br.

3 Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: marynana19@hotmail.com.

como sendo os causadores/agitadores do caos. Como o caso da Paraíba, que irá ressaltar exatamente essa ação criminalizadora das forças repressoras do Estado, e demonstra nitidamente a quem os ditos “braços do Estado” servem, o que não difere das ações sofridas pelo movimento por todo país, onde temos uma grande mídia que apenas retrata o lado da história que convém aos seus financiadores.

Palavras-chave: Criminalização, movimentos sociais, questão social, MST.

Imagem de Carlos Henrique Latuff de Sousa, um chargista e ativista político brasileiro. Imagem essa que representa nitidamente o fio condutor de nossa pesquisa.

Introdução

No séc. XIX houve grandes mudanças no modo de produção em âmbito mundial, tendo como marco a Revolução Industrial na Inglaterra, espalhando-se pela Europa, porém neste mesmo período o Brasil ainda era colônia de Portugal e estava sujeito pelos ditames impostos pela coroa portuguesa. Não sendo permitida á abertura de indústrias no Brasil, restando aos colonos comprar os produtos manufaturados de Portugal. As influências do modo de produzir motivado pela Revolução Industrial começaram a ser implantadas no país somente no final do século XIX e início do séc. XX, onde os cafeicultores ricos começaram a investir no setor industrial.

A forma tardia com que o Estado brasileiro se constituiu em conjunto a sua formação sócio-histórica está diretamente relacionada com a Questão Social, que é dita como elemento primordial das formas e movimentos da sociedade a partir do acirramento das desigualdades sociais, que são ainda mais acentuadas com o desenvolvimento do modo de

produção capitalista, e com elas o surgimento dos movimentos sociais e suas lutas em torno do acesso a terra, emprego, saúde, educação e direitos políticos, ou seja, condições dignas de vida.

A movimentação e organização desta população à margem da sociedade, ou seja, aqueles que sofriam diretamente as refrações da Questão Social, incomodavam inteiramente os setores dominantes (governantes, civis e militares) por representar riscos à manutenção da hegemonia; apontando estes movimentos como ameaça à ordem pública, paz social e segurança, qualificando estes casos como de polícia.

Entre todos os movimentos sociais do Brasil pela reforma agrária, o Movimento Social dos Trabalhadores Sem Terras (MST) é o que mais se destaca pela sua maneira específica de mobilização dos trabalhadores rurais na ocupação da terra. Sendo que a organização do assentamento é baseada em relações solidárias e as idéias são comunicadas a partir da militância. O MST vislumbra a reforma agrária como o caminho para a redistribuição de renda e democratização das relações públicas no meio rural direcionado para o bem-estar dos cidadãos.

> Nesse contexto de luta de classes a classe dominante tem sobre seu controle o Estado, e seus aparelhos de estado, ou como chamou Gramsci, os aparelhos privados de ideologia. A mídia se apresenta como um tipo de aparelho ideológico de estado, organizadora e divulgadora de ideologia. No caso da criminalização aos movimentos sociais ela produz e difundi o discurso criminilizatório presente na sociedade.(ADISSI,2010, p.5)

Com o apoio dos aparelhos de controle da população, a mídia e polícia, tratam o MST como apenas invasores de terras e não como uma população que quer valer do seu direito constitucionalmente garantido, de acesso a terra.

Contextualização Histórica

A transição do feudalismo para o capitalismo ocorreu em três fases, sendo a primeira quando o latifúndio era a única forma de exploração; a segunda quando o escravismo entrou em decomposição, e a mão de obra era primeiramente preenchida por mão de obra estrangeira e por último a mão de obra nacional; e a terceira vem após a crise do latifúndio que permitiu o loteamento de grandes áreas rurais. Em todas as fases era nítida a divisão das classes dominadas e dominantes. Segundo Guimarães (1982) “os latifundiários não consideraram os trabalhadores nacionais aptos ao trabalho por isso preferiam os estrangeiros, principalmente no setor cafeeiro” (p. 174).

O objetivo das oligarquias latifundiárias era de garantir a mão de obra para a sua manutenção, assegurando uma reserva de trabalhadores. Com o fim da escravidão e com o encarecimento da terra não era mais possível à garantia da reserva de trabalhadores, então não era viável manter esta mão de obra nas terras e com isso ocorreu à expulsão destes trabalhadores.

> O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em seqüência diversa e em diferentes épocas históricas. (Marx, 1996,p.341-342)

A população expelida, que não tinha ocupação, iniciou uma pressão cada vez mais intensificada para ocupar as porções de terra não utilizadas dos grandes latifúndios. Desta população a maior parte era expulsa voltando à condição de miséria e uma menor parcela conseguia permanecer nas terras. Os trabalhadores livres não possuíam direitos ou garantias. Leis severas foram desenvolvidas para garantir dignidade a estes trabalhadores, porém a classe dominante continuava a tratá-los como um trabalhador não livre, os trabalhos eram pesados e os pagamentos eram mínimos, muitas vezes eram contraídas dívidas que caso não fosse pagas por estes trabalhadores eram obrigados a permanecer na terra de seus senhores e trabalhar nela até a dívida ser saldada e

> “não se levou em conta a necessidade de assistência especial, em matéria de educação e de outras facilidades, para incorporar os ex-escravos e suas famílias a condições aptas a lhe permitir o pleno desfrute da cidadania. A reprodução familiar da ignorância e da miséria manteve, assim, no curso das quatro gerações que nos separa, da Abolição, o dualismo básico entre participantes e excluídos dos benefícios da civilização brasileira” (IANNI, 2004, pág.111).

Como apontado por Guimarães (1982) o modo com que os trabalhadores livres eram tratados fazia com que muitos não aceitassem esta condição e procurasse outra forma de subsistência, forma esta que nunca foi clara. Os trabalhadores brasileiros livres que recusaram a submeter a este tipo de contrato de trabalho eram considerados vadios e marginais. Nos quais eram considerados a mais desqualificada mão de obra, e a pobreza culpabilizada pela vítima e associada a preguiça. Portanto,

> [...] é necessário ressaltar que várias cartas de leitores e artigos assinados, publicados em jornais e revistas, sugerem que uma grande parte da população tem uma idéia romântica do que seja uma reforma agrária. De acordo com essa visão, o homem do campo ainda é considerado um personagem simples, modesto, apático e preguiçoso, que precisa ser protegido, à imagem do personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato (Lobato, 1998). Assim, não são poucas as manifestações que consideram os sem-terra o resquício de um Brasil arcaico, ou que identificam na atuação política do MST um desvirtuamento do movimento. (COMPARATO, 2001,p.12)

Segundo o autor, pensar "o futuro do movimento depende da sua capacidade de conseguir convencer a opinião pública nacional de que a sua atuação política é, não somente legítima, mas também a própria essência do movimento. De nada adianta, dessa perspectiva, apoiar humanamente e caridosamente a reforma agrária se a atuação política dos sem-terra for condenada." Destacando o medo da elite latifundiária em que se efetivasse o ideal da reforma agrária, e usando das principais ferramentas para desconstruir essa possibilidade no ideário social, e reforçando as ideias dos ensaístas do início do séc. XX, de que o povo brasileiro é "amorfo" (Silvio Romero), o Brasil como um "Hércules Quasimodo" (Euclides da Cunha).

O crescimento do Brasil se deu pela via autocrática, isto é por uma via não precedida pela transformação democrática da estrutura agrícola e sim a favor de uma minoria que dominava e detinha os meios/modos de produção. A população relativa aumenta muito quando a indústria dá seus primeiros passos com o início do modo de produção capitalista.

Portanto nunca houve uma política efetiva de redistribuição de terras e quando isso foi proposto, a burguesia latifundiária em conjunto com as forças armadas contribuiu de forma incisiva para o golpe de 1964, pois, se sentiram ameaçados pela possibilidade de tal reforma, e em conjunto ao apoio da grande mídia que também estava relacionada com os oligopólios brasileiros.

A emergência dos movimentos sociais a partir da Questão Social

No modo de produção capitalista, tendo como princípio a exploração e acumulação de riquezas em todos os setores da vida, como definiu Marx,

> [...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e

> sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população[4].

Ou seja, o modo de produção capitalista precisa desta população nestas condições de pauperismo, para que constitua um grande acúmulo de trabalhadores que não terão postos de trabalho, formando assim o exército industrial de reserva, no qual será o regulador do salário nesse modo de produção; forçando os trabalhadores a aceitar condições precárias de trabalho em conjunto a baixas remunerações, sob a pressão de que as condições oferecidas serem as únicas encontradas e a procura ser bem maior do que a oferta.

A questão social através de suas expressões representa a sociedade de classe. A insatisfação causada pelo capitalismo nas classes dominadas é demonstrado a partir das lutas, organizações e ações no intuito de acessarem seus direitos e conseguirem melhorias, nem que seja mínimas, em sua condição de vida em todas as esferas.

Na metade do século XIX inicia-se o desenvolvimento de ferramentas que representassem os interesses da classe dominante e das dominadas. Desenvolve-se partidos, sindicatos e movimentos sociais. A sociedade civil é o cenário onde as classes se organizam para defender suas ideologias. Os dominantes para manter a sua posição e a classe dominada para lutar contra uma hegemonia dominante. É na sociedade civil que se desenvolvem as lutas de classes, suas formas de consciência e as expressões do Estado.

No contexto do capitalismo e no cenário da sociedade civil é que surge a luta de classes que é o desdobramento sociopolítico das contradições inerentes a esse modo de produção. Os movimentos sociais e suas organizações é onde este inconformismo pelo contraditório é expresso.

O movimento social desde sua emergência vem cumprindo um papel civilizatório na sociedade brasileira. Impulsionando rupturas junto aos setores dominantes que concentram e se negam a distribuir riquezas, um exemplo claro disso foi o golpe militar de 1964 no Brasil veio contra o movimento social. Tendo uma reação ao crescimento dos setores populares que lutaram pelas "reformas de base[5]", que incomodou os grandes latifundiários, pois ameaçavam os privilégios da elite nacional, elite essa que dominava os meios de produção e comunicação.

---

[4] Marx,Karl. "A Lei Geral da Acumulação Capitalista" (cap. XXIII)

[5] O movimento das reformas de base foi resultado das aspirações de pequena parte classe média e dos trabalhadores e de uma minoria empresarial nacionalista que procuravam realizar a reforma agrária, educacional, tributária, administrativa e urbana no país.

MST: uma história de lutas[6]

A luta pelo direito à terra surge paralelamente com a sua apropriação e mercantilização das terras brasileiras pelos portugueses. Sendo o MST fruto da história da concentração fundiária que marca o Brasil desde 1500. Por conta disso, aconteceram diversas formas de resistência como os Quilombos, Canudos, as Ligas Camponesas, as lutas de Trombas e Formoso, entre muitas outras.

Como apontado em Mst(2009) no ano de 1961, com a renúncia do então presidente Jânio Quadros, João Goulart - o Jango - assumiu o cargo com a proposta de mobilizar as massas trabalhadoras em torno das reformas de base, que alterariam as relações econômicas e sociais no país. Vivia-se um clima de efervescência, principalmente sobre a Reforma Agrária. Portanto isso não foi efetivado, pois com a revolução cubana e demais movimentos que estavam acontecendo por toda a América Latina. A burguesia brasileira e latifundiária em conjunto as forças armadas, temendo uma revolução comunista no Brasil, se uniram e deram um golpe em 1964, dando inicio a ditadura militar.

Nos anos da ditadura, como apontado em Mst(2009), apesar das organizações que representavam as trabalhadoras e trabalhadores rurais serem perseguidas, a luta pela terra continuou crescendo. Foi quando começaram a ser organizadas as primeiras ocupações de terra, não como um movimento organizado, mas sob influência principal da ala progressista da Igreja Católica, que resistia à ditadura. Foi esse o contexto que levou ao surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, que contribuiu na reorganização das lutas camponesas, deixando de lado o viés messiânico, propondo para o camponês se organizar para resolver seus problemas.

Não podendo deixar de ressaltar, como citado em Terra (2009), que nesse período foi implantado um modelo agrário mais concentrador e excludente, instalando uma modernização agrícola seletiva, que excluía a pequena agricultura, impulsionando o êxodo rural, a exportação da produção, o uso intensivo de venenos e concentrando não apenas a terra, mas os subsídios financeiros para a agricultura.

No ano de 1981, ocorreram às primeiras demonstrações de força do movimento dos camponeses, no Rio Grande do Sul, mais de 500 famílias formadas por pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas entre outras categorias da classe

[6] Relatos extraídos de páginas oficiais e de simpatizante com o movimento apontados na bibliografia de referencia. Sendo a principal a página oficial do movimento Disponível em: http://www.mst.org.br/nossa-historia/inicio acessado em 10 de out.2016. (muitas partes inseridas na pesquisa estão com pequenas alterações a fonte original)

trabalhadora realizaram a Encruzilhada Natalina, como foi chamado a manifestação popular, o embrião do MST, que não alcançou nem de longe a tão sonhada Reforma Agrária, porém ganhou grande visibilidade, noticiada pela imprensa de Porto Alegre como "a maior manifestação realizada por trabalhadores rurais na história do Rio Grande do Sul". Em todo o país, novos focos de resistência à ditadura das armas e das terras surgiram: posseiros, arrendatários, assalariados, meeiros, atingidos por barragens. As ocupações de terra se tornaram ferramenta de expressão camponesa e de contestação do autoritarismo. No ano seguinte foi realizada a 5ª Romaria da terra[7]. Em 84, os trabalhadores rurais se organizam e realizaram o primeiro encontro nacional. O encontro permitiu a fundação do Movimento Social dos Trabalhadores Sem Terra . O MST a princípio era composto de três objetivos principais: lutar pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais no país.

Com a instauração da Constituição Federal em 1988 a desapropriação de terras que não cumprem sua função social se torna legítima, representando uma grande conquista para toda a população brasileira. No qual,

> A constituição brasileira de 1988 instituiu a reforma agrária como meta política, de natureza obrigatória. Todo latifúndio improdutivo que não cumpre com sua função social deve ser desapropriada para o assentamento de famílias despossuídas e que nelas queiram trabalhar. Ao mesmo tempo a nova realidade democrática veio assegurar a ampla liberdade de manifestação de opinião dos movimentos sociais. No entanto, algumas instituições, aliam-se aos interesses dos latifundiários e desconsideram a norma constitucional, criminalizam os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária e atravancam o processo de desconcentração da terra. (ADISSI, 2010,p.2)

No ano seguinte a conquista com a entrada de Fernando Collor de Melo ao governo houve um aumento significativo na repressão contra a luta do Movimento. É no contexto de repressão que ocorre o segundo Congresso Nacional do MST, transfere seu lema para:" Ocupar, Resistir, Produzir".

Sob o primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, além do aumento do êxodo rural (provocado pela ação dos bancos contra pequenos agricultores endividados), o Brasil testemunhou também os dois maiores massacres da segunda metade do século 20: Corumbiara(1995)[8], em Rondônia, e Eldorado dos Carajás(1996)[9], no Pará.

---

[7] Em 23 de fevereiro de 1982. A igreja católica adquiriria uma área de 108 hectares em Ronda Alta. Ali seria montado um abrigo provisório para as famílias, coroando a resistência de 208 dias à repressão militar no acampamento com uma vitória.

[8] No dia 15 de julho de 1995, 514 famílias, lideradas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbiara (RO), ocuparam a Fazenda Santa Elina, nesse município. No dia 19, por ordem do juiz substituto de Colorado d'Oeste, policiais militares tentaram despejar as famílias, que não aceitaram sair. As reassumir, o juiz titular

De acordo com Comparato (2001) a postura do governo diante do MST mudou após o massacre de Eldorado dos Carajás. Fernando Henrique Cardoso percebeu a necessidade de coordenar melhor as ações para poder enfrentar o movimento. Essa mudança foi percebida pelos meios de comunicação, onde

> o governo resolveu adotar uma linha mais dura para enfrentar o MST. O objetivo é impedir não apenas as "invasões" de sedes do Incra, como o MST vem fazendo nas grandes cidades, mas também a ocupação de fazendas, ação preferencial dos sem-terra. A proposta aprovada na reunião foi coordenar a repressão ao MST no Gabinete Militar da Presidência, em vez de deixar a tarefa para os governadores de Estado, como aconteceu até a semana passada. Toda vez que se verificar que as polícias militares não estão dando conta dos conflitos, tropas do Exército serão chamadas." (*Veja*, 26/06/96)

Um ano após o Massacre de Eldorado dos Carajás, no dia 17 de fevereiro de 1997, cerca de 1.300 Sem Terra iniciam a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária, que tinha por objetivo pedir a punição aos responsáveis pelos massacres, e celebrar pela primeira vez o Dia Internacional de Luta Camponesa. Os Sem Terra partiram de três pontos diferentes do país e, por dois meses, atravessaram a pé diversos municípios do Brasil com o objetivo de chegar dia 17 de abril (1 ano do massacre), e quando chegaram encontraram mais 100 mil pessoas que vieram de vários Estados para somar a marcha.

No dia 17 de abril de 1997 também foi inaugurada a exposição de fotos de Sebastião Salgado em todos os estados do Brasil e em mais de 100 países do mundo, sobre a luta pela terra. Na inauguração, foram lançados o livro Terra, com as fotos da exposição e apresentação do escritor português José Saramago, e o CD de Chico Buarque, que acompanha o livro. Os três artistas doaram todos os direitos autorais deste trabalho ao Movimento, que com o

---

expediu nova liminar para imediato despejo. A ação resultou na morte de 2 policiais e 9 Sem Terra, incluindo uma menina de 7 anos de idade. Disponível em: http://www.mst.org.br/nossa-historia/94-95

9 Em setembro de 1995, cerca de 3.500 famílias de trabalhadores rurais, organizadas pelo MST, formaram um acampamento à margem da estrada, próximo à Fazenda Macaxeira, reivindicando a desapropriação dessa área, considerada improdutiva. No dia 05 de março de 1996, as famílias acampadas à margem da rodovia PA-275 decidiram ocupar a fazenda, dando início a novas negociações junto ao Incra, que havia considerado a área produtiva. Os Sem Terra, porém, denunciavam que o laudo foi conseguido através de um suborno junto ao superintendente do órgão federal do estado do Pará. Por volta das 16 horas do dia 17 de abril, os trabalhadores rurais foram literalmente cercados: policiais do quartel de Parauapebas se posicionaram a oeste, enquanto o leste foi cercado por policiais do batalhão de Marabá. Ao todo, 155 policiais participavam da ação, que chegaram lançando bombas de gás lacrimogêneo. Os soldados não tinham identificação no uniforme e suas armas e munições não foram anotadas nas fichas que comprovam quem estava no local. O resultado foi a morte de 21 Sem Terra e outros 56 feridos/mutilados. Segundo o médico legista, houve tiros na nuca e na testa, indicando assassinato premeditado de 7 vítimas. Disponível em: <.http://www.mst.org.br/nossa-historia/96)>

dinheiro arrecadado, construiu a Escola Nacional Florestan Fernandes[10], uma escola de formação política a toda classe trabalhadora, no município de Guararema, em São Paulo.

Após dezesseis anos de existência, ano 2000, o MST já tinha atuação em 23 estados, 1,5 milhão de pessoas, 350 mil famílias assentadas e 100 mil vivendo em acampamentos. Foram construídas associações de produção, comercialização e serviços, além de cooperativas associadas e de agroindustrialização. No setor de educação no ano 2000 o MST já contava com 1500 escolas públicas nos assentamentos, 150 mil crianças matriculadas e cerca de 3500 professores em escolas onde se desenvolve uma pedagogia específica para o campo.

No qual o movimento

> Aposta numa escola que contribua para a afirmação desse mundo, na medida em que promove a cultura camponesa, trazendo para as práticas escolares seus saberes e riquezas. Assim, ao vislumbrar um novo papel para esses homens e mulheres professores, o Movimento também redefine a função da escola, numa visão diferenciada daquela que propunha a fixação do homem ao campo. Sua concepção valoriza elementos da cultura camponesa nos programas de ensino, dando novo sentido à escola rural, integrando-a num projeto amplo de educação da população camponesa (BELTRAME, 2002,p.12).

Onde essa é a riqueza da proposta, pois incorpora os saberes locais e abre espaço na escola para a valorização e reconhecimento da cultura desses homens e mulheres. Portanto,

> ao mesmo tempo em que a nova realidade democrática veio assegurar a ampla liberdade de manifestação de opinião dos movimentos sociais, entretanto, algumas instituições, aliam-se aos interesses dos latifundiários e desconsideram a norma constitucional, criminalizam os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária e atravancam o processo de desconcentração da terra(Adissi,2010,p.133).

Com a entrada do Partido dos Trabalhadores- PT ao governo uma grande expectativa se instaurou na tão sonhada Reforma Agrária, no entanto a realidade foi outra. A situação da agricultura tem se agravado para os pequenos agricultores e assentados. O modelo agrário-exportador se acentuou, o agronegócio, dividindo nosso território em ‘sesmarias’ de monoculturas, como soja, cana-de-açúcar e celulose, além da pecuária extensiva, baixos salários para os trabalhadores, uso intensivo de agrotóxicos e de sementes trangênicas por meio do financiamento público. A aquisição de terras por estrangeiros também atinge níveis

[10] Essa escola é resultado de um acúmulo de experiência que propôs o desafio de aprofundamento de questões políticas, econômicas e sociais referentes às práticas das organizações de trabalhadores do campo e da cidade comprometidas com a superação das injustiças sociais e a solidariedade entre povos. Combinando atividade teórica com a atividade prática, visa a formação através de parcerias com universidades públicas, sindicatos e movimentos sociais, nas diversas áreas do conhecimento, com destaque para os seguintes temas: Agroecologia; Arte e Cultura; América Latina; Economia; Educação; Direitos Humanas;Movimentos Sociais;Questão Agrária. Informações retiradas da página da escola. Disponível em: https://www.facebook.com/ENFF-Escola-Nacional-Florestan-Fernandes-407714382684863/about/ acessado em: 15 de out. de 2016.

nunca antes registrados. Tendo como modelo econômico adotado o foco na exportação, nos bancos e nos grandes grupos econômicos e para isto a concentração de terra é um fator fundamental para manter o poder dos oligopólios.

Portanto as direções tomadas pelo PT vão contra as premissas e compromissos assumidos pelo partido durante a campanha, no qual o objetivo do Movimento era incentivar a produção nos assentamentos, mas para isso era preciso equipamento, infra-estrutura, além de uma política agrícola governamental voltada para assuntos de reforma agrária.

A reforma agrária atual tem se pautado na compra e venda de terras, e para a sua efetivação real seria necessário pensar em um projeto de desenvolvimento alternativo, que implicasse no desfavorecimento do agronegócio que apenas visa o lucro aos grandes capitalistas. Rompendo com esse tipo de produção e dando mais atenção a agroindústria, que visa o desenvolvimento com o maquinário, porém a apropriação da produção seja feita de maneira justa, por cooperativas. E mesmo

> depois de 500 anos de lutas do povo brasileiro e 25 anos de existência do MST, a Reforma Agrária não foi realizada no Brasil. Os latifundiários, agora em parceria com as empresas transnacionais e com o mercado financeiro – formando a classe dominante no campo - usam o controle do Estado para impedir o cumprimento da lei e manter a concentração da terra. O MST defende um programa de desenvolvimento para o Brasil, que priorize a solução dos problemas do povo, por meio da distribuição da terra, criação de empregos, geração de renda, acesso a educação e saúde e produção e fornecimento de alimentos (MST,2009).

É neste contexto que a Reforma Agrária e a reavaliação da forma de produzir se mostraram mais importante do que nunca e mesmo sem ter concretizado seu objetivo, o movimento dos Sem Terra contínua firme na luta pela qual a reforma agrária deve começar com a democratização da propriedade e de uma nova forma de produção, que priorize a produção para o mercado interno e de formas ecológicas, garantindo renda e emprego a todos, condições dignas de vida a todo o povo brasileiro.

Criminalização da pobreza e movimentos sociais

A desigualdade de classes é causada pelas condições precárias de sobrevivência, pela mutação do trabalho, pela exploração intensificada e massificada da burguesia. Este cenário de desordem social simboliza uma luta contra aos pobres. A penalidade criminal é tratada como uma forma de controle social. As penalidades neoliberais servem como um aparato para a minimização das questões econômicas e sociais, tratando os pobres como marginalizados, no qual

> é justamente porque as elites do Estado, tendo se convertido à ideologia do mercado-total vinda dos Estados Unidos, diminuem suas prerrogativas na frente econômica e social que é preciso aumentar e reforçar suas missões em matéria de "segurança", subitamente relegada à dimensão criminal. (GIORGI, 2006).

O conjunto das consequências criadas pela super exploração capitalista com a desigualdade acentuada e uma pobreza em massa, são o que somados causam um aumento na violência brasileira. A falta de meios para a superação dos diversos reflexos das expressões da questão social fazem com que os jovens de classe subalternas procurem meios para sobreviver, meios ilícitos.

> “Na ausência de qualquer rede de proteção social, é certo que a juventude dos bairros populares esmagados pelo peso do desemprego e do subemprego crônico continuará a buscar no “capitalismo de pilhagem” da rua (como diria Max Weber) os meios de sobreviver e realizar valores do código de honra masculino, já que não consegue escapar da miséria no cotidiano. “ (Wacquant, 2011,p.5).

O policiamento e o encarceramento crescente no Brasil não enquadram a violência nem a minimiza, pois os pilares da violência são ignorados. A violência por não ter nenhuma resposta a sua origem -partindo da análise das bases da desigualdade e exclusão social que deram origem a denominada Questão Social- só se agrava com a intervenção das forças armadas.

Em respostas das condições estabelecidas pelo capitalismo neoliberal, constitui um Estado penal, que amplia e intensifica a intervenção da polícia e do judiciário, se tornando uma verdadeira ditadura sobre os pobres. As prisões do Brasil parecem mais com um “campo de concentração de pobres” do que com instituições judiciárias que servem para alguma função, como apontado por Giorge(2006) a penalidade, concretização peculiar das tecnologias disciplinares, assume neste contexto uma função completamente diversa da que exercia durante a era da soberania. Também ela participa da difusão de uma concepção econômica e produtiva do poder.

Esta vigilância intensificada com o intuito de prever os crimes recai sobre as classes desfavorecidas por terem motivos para cometer delitos. O Estado ao invés de investir em políticas que minimizem as condições precárias da população dedica o cárcere para a massa, o proletariado que foi expulso pelo modo de produção capitalista do mercado de trabalho.

Portanto o ataque às lutas sociais manifesta a força do movimento social brasileiro, ao atingir os interesses dos setores privilegiados e questionando as profundas injustiças e desigualdades para tornar o país mais justo para todos e todas, não apenas para uma minoria.

Como afirmado por Sanson (2008) o caráter anticapitalista e anti-imperialista do movimento social desperta a ira da direita. Ainda mais, sendo o movimento social que mantém aceso no país o debate político de um projeto de Nação, algo que a maioria dos partidos deixaram para trás.

Essa nova classe vive uma dualidade, ao mesmo tempo em que a introdução das políticas sociais pela garantia de direitos e a inclusão social pelo trabalho tem alcançado algumas garantias por outro lado possui em sua estrutura uma precarização ainda maior do trabalho formando um aumento da força de trabalho vivo. Como proposto por Marx no Capítulo XIV, de O Capital, a partir da desapropriação violenta dos camponeses emergiu o acúmulo da população desamparada de direitos. Reflexos dessa ação capitalista, essa população passa por um processo de disciplinamento para se enquadrar no trabalho, e para os que não fossem absorvidos ou não aceitassem ser absorvido pela rotina das cidades e da exploração, como forma de sobrevivência, restava à mendicância e as ruas.

Medidas legais contra a "vadiagem" foram criadas, exemplo às casas de trabalhos - muito semelhantes aos asilos e orfanatos- A ideia era torná-las detestáveis ao máximo, para que a elas recorressem apenas os completamente destituídos de condições mínimas de sobrevivência, como estratégias criadas para disciplinamento e controle dessa população não inserida no mercado de trabalho. Os trabalhadores viam-se obrigados a aceitar condições de trabalho e salários favoráveis à elite dominante e detentora dos meios de produção, ou eram sujeitos a tratamentos árduos, disciplina rígida e condições ainda mais humilhantes.

Neste momento os trabalhadores "pobres" ociosos, por não pertencerem ao mundo do trabalho – considerada virtude enaltecido pelo capitalismo e até mesmo pela religião – são tratados por delinquência e vadiagem. Representando um "perigo social" que deve ser erradicado, isolado da sociedade. Justificando as medidas coercitivas, já que são tido como criminosos. Numa sociedade onde as decisões são tomadas de cima para baixo, o controle da população se realiza através da vigilância e o Estado passa de um Estado Social para um Estado Penal.

Criminalização do MST

Gramsci nos ajuda a entender essa atuação da mídia, no qual

> para ele a mídia age como partido da classe dominante. Para Gramsci no mundo moderno os partidos orgânicos (partidos do atual bloco histórico) se dividiram, se fragmentaram, para facilitar sua ação política. Mas, tal divisão em frações não retira do atual bloco histórico o seu centro político, continuando a ter um "Estado-Maior" do partido orgânico, e que não pertence a nenhuma das frações, "mas opera como se fosse uma forca

> dirigente superior aos partidos e as vezes reconhecida como tal pelo publico (1980 GRAMSCI apud ADISSI, 2010, p.8).

De modo que a mídia e uma instituição social da sociedade civil que age como sujeito coletivo da classe dominante. E espaço unificador e organizador das frações da classe dominante, ou um braço dessa classe, com tarefas especificas dentro dos interesses da classe que se vinculam. Cumpre a função de divulgadora das ideias da classe dominante.

O MST vêm travando uma grande luta pela Reforma Agrária e contra grandes empresas transnacionais e governantes que defendem e favorecem a manutenção dos grandes latifúndios enquanto milhares de pessoas não ter onde morar e plantar.

Com a instauração da constituição brasileira de 1988, instituiu a reforma agrária como meta política, assentando apenas, de natureza obrigatória e todo latifúndio improdutivo que não cumprir com sua função social deve ser desapropiada para o assentamento de famílias que não tenham terra e que nelas queiram trabalhar, porém a efetivação da mesma se deu de maneira inferior a prevista.

Como apontado por Adissi (2010), a violência e criminalização do MST é cena histórica em nossos pais, como exemplo os massacres citados anteriormente, e o caso do ataque a um assentamento em 2009 na Paraíba, onde 60 famílias de trabalhadores rurais sem terra acampados à margem da fazenda Cabeça de Boi, em Pocinhos-PB, onde as famílias estavam acampadas para pressionar o governo a agilizar o processo de assentamento e durante a madrugada, foram surpreendidos por um grupo de homens encapuzados que dispararam inúmeras vezes contra as pessoas, a maioria conseguiu escapar mata adentro, os homens encapuzados, acompanhados pelos proprietários da fazenda, policiais militares e pela guarda florestal atearam fogo nos barracos das famílias acampadas, destruindo seus pertences. Sete pessoas não conseguiram escapar e foram torturados e levados presos acusados de terem ateado fogo em uma casa próxima e em um carro, que era de propriedade de um dos apoiadores da ocupação, além do porte de uma arma que foi queimada dentro do carro sem sinais de ter sido usada.

Esse é a retratação de mais uma das ações truculentas e criminalizadoras que o movimento vem sofrendo desde o seu surgimento, no qual o Estado e a policia se unem aos grandes latifundiários para proteger uma terra que constitucionalmente esta apta a ser

desapropriada, porém a ganância e poder dos latifundiários não permite a garantia de tal direito e agindo de forma violenta.

Para, além disso nesse caso, houve todo um arranjo para criminalizar o movimento pelos policiais com a prisão dos assentados, o poder judiciário combinado com a mídia para mostrar apenas o lado da história que convém ao sistema, no qual a mídia apenas divulgou o acontecido em favor do proprietário e a polícia como se estivesse apenas se defendido ao ataque. Somente após algumas pressões de organizações de direitos humanos que intervieram, a mídia em pouquíssimos meios deu voz aos assentados que foram tratados de forma violenta e intolerante por ocupar um espaço concedido por lei, ou seja, uma terra declarada improdutiva pelo próprio INCRA. Com isso podemos perceber que

> O aparecimento e o desenvolvimento da violência nas relações sociais estão vinculados a fatores objetivos – o império da propriedade privada e a divisão da sociedade em classes – que tornaram impossíveis até agora a solução das contradições fundamentais por um caminho pacífico. A luta de classes se desenvolve historicamente com um coeficiente maior ou menor de violência, mas a experiência histórica demonstra que quando a existência da classe dominante se encontra em perigo, esta não vacila em recorrer a formas violentas mais extremas, inclusive o terror maciço, pois nenhuma classe social está disposta a abandonar voluntariamente o cenário da história. (VÁZQUEZ *apud* ADISSI, 2007, p. 377)

Se olharmos para outros episódios da história do nosso país, veremos que as chances do extermínio físico daqueles que se envolvem em lutas sociais é altíssima, principalmente quando são movimentos sociais organizados que questionam e enfrentam elementos estruturais da nossa sociedade, como é o caso da luta pela terra, e não precisamos voltar muito para exemplificar isso, basta rever a história dos movimentos que lutaram e que lutam pela efetivação da reforma agrária ou por qualquer outra questão que coloque em xeque a manutenção da hegemonia nas mãos da classe dominante.

A guisa de conclusão

Através do conjunto de dados e do conhecimento sócio-histórico brasileiro podemos ver que a criminalização dos movimentos sociais é orientada pela burguesia e se efetiva por meio das várias instituições sociais. A criminalização dos movimentos sociais é retratada em vários episódios no decorrer da história, no caso da ocupação da Paraíba as pessoas foram tratadas como se estivessem cometido crimes graves pelos aparelhos do Estado (polícia e mídia).

No qual As colocações verbais utilizadas pelas autoridades e pela mídia distorcem o contexto real da luta. A própria utilização da palavra invasão ao invés de ocupação tem o objetivo de denotar crime, pois segundo a definição de invasão, quem invade, invade algo,

retira algo do lugar para que outro possa entrar e no caso das ocupações de terra, não se retira nada do lugar para que se entre, pois a terra é improdutiva e nada existe lá, portanto o que ocorre é uma ocupação e não invasão. Mas entendemos que esses são mecanismos da mídia para deslegitimar o movimento, pois sabemos muito bem a quem grande parte dela serve.

Portanto a urgência do Brasil para além de combater a criminalidade, é ir contra os fatores que causam a criminalidade, a pobreza e a desigualdade. Onde há uma conexão direta entre questão criminal e questão social, a insegurança física que é derivada da violência e a insegurança social gerada pelas condições do trabalhador no modo de produção capitalista e por uma mídia que manipula o ideário de grande parte da população, sendo este outro ponto a ser combatido e democratizado, pois sem esse processo de democratização a população ficará a mercê de um ideário que vise a manutenção de um sistema desigual e excludente.

Bibliografia de referência

ADISSI, Paula Oliveira. A Criminalização do MST: mídia porta voz de quem? Um caso de criminalização a trabalhadores sem terra na Paraíba. IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina, Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI. UEL, 2010, Londrina. Disponível em <http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt2/14_PaulaAdissi.pdf> acessado em 16 de fevereiro de 2016.

BELTRAME,Sonia Aparecida Branco.Formação de professores na prática política do MST: a construção da consciência orgulhosa.Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.2, p. 129-145, jul./dez. 2002

COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. São Paulo Perspec. [online]. 2001, vol.15, n.4, pp.105-118.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Questão social, sociedade civil e lutas sociais: desafios ao Serviço Social. Disponível em <http://cress-mg.org.br/publicacoes/Home/Lei/32> Acessado em 17 de fevereiro de 2016.

GIORGI, Alessandro De. Regime disciplinar e proletariado fordista(cap.I).In: A Miséria governada através do sistema penal.Rio de Janeiro:Revan:ICC,2006 (Pensamentocriminológico; v.12).pp33-61.

GUIMARÃES, A. P. As classes perigosas: banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

IANNI, Otávio. A questão social. In ianni, o pensamento social no Brasil. SP, EDUSC, 2004, pp.103-121.

MARX, karl. “A Lei Geral da Acumulação Capitalista”(cap.XXIII) e “a assim chamada acumulação primitiva.”(cap. XXIV).In: O Capital (Livro Primeiro, vol. II).. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996 (p. 244-381).

MST. **Nossa História.** Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia>. Acesso em: 25 nov. 2016

MST. **Os 25 anos do MST.** 2009. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/especiais/23/destaque>. Acesso em: 15 nov. 2016.

SANSON, Cesar. O caráter da criminalização dos movimentos sociais no Brasil. Criminalización y derechos humanos; Año IX Nº 24 - Octubre de 2008.

TERRA, Movimento dos Sem. **A luta pela terra e o MST.** 2009. Disponível em: <http://movimentodossemterra.blogspot.com.br/2009/11/luta-pela-terra-e-o-mst.html>. Acesso em: 05 out. 2016.

WACQUANT, Loic. Notas aos leitores brasileiros: Rumo a uma ditadura sobre os pobres. In: As prisões da miséria, Zahar, 1999.